

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DO MARANHÃO - CAU/MA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO - CAU/MA

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA
São Luís - MA

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimoniais, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente o sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 25 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1 - S - DF


Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC DF 015827/O-3



CAU/MA

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO

CNPJ: 14.968.163/0001-77

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balço Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	461.419	106.161	PASSIVO CIRCULANTE	91.159	76.230
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	26.815	23.914	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	8.773	19.419
CREDITOS A CURTO PRAZO	431.516	79.602	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	93	95
CLIENTES	346.875	301.558	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	167	167
CREDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	750.339	547.077	PROVISÕES A CURTO PRAZO	71.584	35.402
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO	(665.698)	(769.034)	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	10.541	21.146
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	3.088	2.645			
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	233.360	259.235	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	-	-
IMOBILIZADO	233.360	259.235			
BENS MOVEIS	186.737	186.737			
BENS IMOVEIS	180.000	180.000			
(-) DEPRECIACÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZACÃO ACUMULADAS	(133.377)	(107.502)			
			TOTAL DO PASSIVO	91.159	76.230
			PATRIMONIO LIQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Demais Reservas	-	-
			Resultados Acumulados	603.620	289.166
			TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	603.620	289.166
TOTAL	694.779	365.395	TOTAL	694.779	365.395
ATIVO FINANCEIRO	26.815	23.914	PASSIVO FINANCEIRO	91.159	80.410
ATIVO PERMANENTE	667.964	341.482	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SALDO PATRIMONIAL				603.620	284.986
Compensações					
ESPECIFICACÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICACÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Direitos Contratuais	-	-	Execução de Obrigações Contratuais	43.729	-
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	-	-	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	43.729	-
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro					
	Exercício Atual		Exercício Anterior		
Déficit Financeiro	(64.344)		(56.496)		

Página: 1/1



CAU/MA

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO

CNPJ: 14.968.163/0001-77

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.136.570	1.049.997	Despesa Orçamentária	1.109.494	1.171.369
RECEITA REALIZADA	1.136.570	1.049.997	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	-	4.180
RECEITA CORRENTE	1.136.570	1.049.997	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO	8.606	19.419
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	384.325	350.919	CREDITO EMPENHADO - PAGO	1.100.888	1.147.770
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	384.325	350.919	DESPESA CORRENTE	1.100.888	1.027.770
ANUIDADES	384.325	350.919	PESSOAL	642.971	566.873
RECEITA DE SERVIÇOS	354.168	345.214	MATERIAL DE CONSUMO	14.999	3.746
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	4.024	6.124	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	66.026	69.410
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	350.145	339.090	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	274.609	273.039
FINANCEIRAS	40.763	44.850	ENCARGOS DIVERSOS	15.121	22.144
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	16.447	-	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	87.162	92.557
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	-	15.534	DESPESA DE CAPITAL	-	120.000
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	24.316	29.316	INVESTIMENTOS	-	120.000
MULTAS SOBRE ANUIDADES	20.692	16.659		-	-
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.624	12.657		-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	350.028	308.800		-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.287	215		-	-
MULTAS DE INFRAÇÕES	1.260	215		-	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.027	-		-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	-	Transferências Financeiras Concedidas	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	193.829	192.655	Pagamentos Extraorçamentários	218.004	193.758
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	-	4.180	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	2.980	18.920
Inscrição de Restos a Pagar Processados	8.606	19.419	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	19.252	11.245
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	71.386	100.814	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	81.991	95.342
Outros Recebimentos Extraorçamentários	113.837	68.242	Outros Pagamentos Extraorçamentários	113.782	68.250
Saldo em espécie do Exercício Anterior	23.914	146.389	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	26.815	23.914
Caixa e Equivalente de Caixa	23.914	146.389	Caixa e Equivalente de Caixa	26.815	23.914
Depósitos, Rest. Vlr. Vinculados	-	-	Depósitos, Rest. Vlr. Vinculados	-	-
Total:	1.354.313	1.389.041		1.354.313	1.389.041

Página: 1/1



CAU/MA

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO

CNPJ: 14.968.163/0001-77

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.228.324	1.218.096	1.228.324	1.218.096	1.136.570	(81.525)
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	497.583	478.141	497.583	478.141	384.325	(93.816)
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	497.583	478.141	497.583	478.141	384.325	(93.816)
ANUIDADES	497.583	478.141	497.583	478.141	384.325	(93.816)
RECEITA DE SERVIÇOS	344.956	352.625	344.956	352.625	354.168	1.544
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	4.951	5.360	4.951	5.360	4.024	(1.336)
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	340.005	347.265	340.005	347.265	350.145	2.880
FINANCEIRAS	30.215	30.359	30.215	30.359	40.763	10.403
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	12.551	13.585	12.551	13.585	16.447	2.861
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	17.664	16.774	17.664	16.774	24.316	7.542
MULTAS SOBRE ANUIDADES	13.464	14.574	13.464	14.574	20.692	6.118
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.200	2.200	4.200	2.200	3.624	1.424
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	355.570	350.572	355.570	350.572	350.028	(544)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	6.399	-	6.399	7.287	888
MULTAS DE INFRAÇÕES	-	-	-	-	1.260	1.260
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	6.399	-	6.399	6.027	(371)
RECEITA DE CAPITAL	55.450	-	55.450	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	55.450	-	55.450	-	-	-
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	55.450	-	55.450	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	1.283.774	1.218.096	1.283.774	1.218.096	1.136.570	(81.525)
DÉFICIT	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1.283.774	1.218.096	1.283.774	1.218.096	1.136.570	(81.525)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE	1.212.324	1.196.096	1.109.494	1.109.494	1.100.888	86.602
PESSOAL	604.902	651.182	642.971	642.971	642.971	8.211
PESSOAL E ENCARGOS	578.172	615.948	607.756	607.756	607.756	8.192
DIÁRIAS	26.730	35.234	35.215	35.215	35.215	19
MATERIAL DE CONSUMO	9.442	18.500	14.999	14.999	14.999	3.501
MATERIAL DE CONSUMO	9.442	18.500	14.999	14.999	14.999	3.501
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	84.703	75.348	67.934	67.934	66.026	7.414
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	12.775	9.716	7.632	7.632	5.724	2.084
DIÁRIAS	71.928	65.632	60.302	60.302	60.302	5.330
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	381.029	345.752	281.307	281.307	274.609	64.445
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	103.140	90.000	90.000	90.000	90.000	-
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO	22.130	44.908	29.103	29.103	26.553	15.805
SERVIÇOS PRESTADOS	185.070	169.669	128.030	128.030	123.882	41.639
PASSAGENS	70.689	41.175	34.175	34.175	34.175	7.000
ENCARGOS DIVERSOS	15.926	18.152	15.121	15.121	15.121	3.032
ENCARGOS DIVERSOS	15.926	18.152	15.121	15.121	15.121	3.032
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	116.322	87.162	87.162	87.162	87.162	0
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF	92.160	87.162	87.162	87.162	87.162	0
CONVÊNIO, CONTRATOS E PATROCÍNIO	24.162	-	-	-	-	-
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL	55.450	22.000	-	-	-	22.000
INVESTIMENTOS	55.450	-	-	-	-	-
OBRAS, INSTALAÇÕES E REFORMAS	15.000	-	-	-	-	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	40.450	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	22.000	-	-	-	22.000
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	-	22.000	-	-	-	22.000
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	16.000	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.283.774	1.218.096	1.109.494	1.109.494	1.100.888	108.602
SUPERÁVIT	-	-	27.076	-	-	(27.076)
TOTAL	1.283.774	1.218.096	1.136.570	1.109.494	1.100.888	81.525

Página:1/1



CAU/MA

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO

CNPJ: 14.968.163/0001-77

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Variações Patrimoniais

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.488.485	1.297.931	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.174.030	1.372.162
CONTRIBUIÇÕES	632.903	598.852	PESSOAL E ENCARGOS	643.938	556.351
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	632.903	598.852	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	643.023	556.351
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	632.903	598.852	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	643.023	556.351
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	354.168	345.214	BENEFÍCIOS A PESSOAL	915	-
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	354.168	345.214	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	915	-
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	354.168	345.214	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	442.881	449.982
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	40.763	44.850	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	14.999	5.859
JUROS E ENCARGOS DE MORA	16.447	15.534	CONSUMO DE MATERIAL	14.999	5.859
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	16.447	15.534	SERVIÇOS	402.007	419.815
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	24.316	29.316	DIARIAS	95.517	100.352
MULTAS SOBRE ANUIDADES	24.316	29.316	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	41.807	39.054
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	352.477	308.800	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	264.683	280.408
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	350.028	308.800	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	25.874	24.307
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	350.028	308.800	DEPRECIACAO	25.874	24.307
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.450	-	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	87.162	92.557
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.450	-	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	87.162	92.557
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	108.173	215	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	87.162	92.557
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	108.173	215	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS	-	273.272
MULTAS ADMINISTRATIVAS	1.260	215	REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	-	273.272
INDENIZAÇÕES	3.578	-	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	-	273.272
REVERSAO DE PROVISÕES	103.336	-	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	50	-
	-	-	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	50	-
	-	-	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	50	-
Total das Variações Ativas :	1.488.485	1.297.931	Total das Variações Passivas :	1.174.030	1.372.162
Déficit do Exercício		74.230	RESULTADO PATRIMONIAL		
			Superavit do Exercício	314.454	
Total	1.488.485	1.372.162	Total	1.488.485	1.372.162

Página: 1/1



CAU/MA

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO MARANHÃO

CNPJ: 14.968.163/0001-77

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	-	-
INGRESSOS	-	-
RECEITA CORRENTE	1.136.570	1.049.997
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	384.325	350.919
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	384.325	350.919
ANUIDADES	384.325	350.919
RECEITA DE SERVIÇOS	354.168	345.214
EMOLUMENTOS COM EXPEDIÇÕES DE CERTIDÕES	4.024	6.124
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	350.145	339.090
FINANCEIRAS	40.763	44.850
JUROS DE MORA SOBRE ANUIDADES	16.447	-
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	-	15.534
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	24.316	29.316
MULTAS SOBRE ANUIDADES	20.692	16.659
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	3.624	12.657
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	350.028	308.800
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.287	215
MULTAS DE INFRAÇÕES	1.260	215
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.027	-
OUTROS INGRESSOS	185.223	169.056
DESEMBOLSOS	-	-
DESPESA CORRENTE	1.100.888	1.027.770
PESSOAL	642.971	566.873
MATERIAL DE CONSUMO	14.999	3.746
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	66.026	69.410
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	274.609	273.039
ENCARGOS DIVERSOS	15.121	22.144
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	87.162	92.557
OUTROS DESEMBOLSOS	218.004	193.758
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2.901	(2.475)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
INVESTIMENTOS	-	120.000
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	(120.000)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.901	(122.475)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	23.914	146.389
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	26.815	23.914

Página:1/1

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/MA é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/MA.

O Conselho está localizado na rua dos Abacateiros, nº 01, Loja nº 03, Térreo, Jardim São Francisco, CEP: 65.076-010, São Luis - MA.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MA procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos desde o encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/MA, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/MA segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso administrativo	8	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	10	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MA implantou o registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/MA adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) Risco de Crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) Risco de mercado: O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) Risco de liquidez: O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Caixa	-	-
Banco conta movimento	15.637	13.312
Aplicações financeiras	11.177	10.601
Total	26.815	23.914

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

Descrição	2018	2017
Créditos de anuidades do exercício	346.875	301.558
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	750.339	547.077
(-) Provisão para devedores duvidosos	(665.698)	(769.034)
Total	431.516	79.602

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

O aumento de R\$ 79.602 para R\$ 431.516 se deu em virtude da mudança no método de cálculo de ajuste das Provisões para Devedores Duvidosos conforme orientações do CAU/BR.

7. Demais créditos a curto prazo

Descrição	2018	2017
Adiantamentos concedidos a Pessoal e a Terceiros	500	-
Tributos a Recuperar/Compensar	104	104
Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	2.484	2.541
Total	3.088	2.645

8. Imobilizado

Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Imóveis	180.000	(16.128)	163.872	170.784
Veículos	76.000	(42.750)	33.250	41.800
Móveis e utensílios	58.416	(30.317)	28.099	33.357
Equipamentos de processamento de dados	40.249	(33.497)	6.752	11.747
Utensílios de Copa e Cozinha	749	(663)	86	108
Obras em andamento				
Maquinas e Equipamentos	11.323	(10.021)	1.302	1.438
Total	366.737	(133.377)	233.360	259.235

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Descrção	31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2018
Imóveis	170.784	-	-	(6.912)	163.872
Instalações	-	-	-	-	-
Veículos	41.800	-	-	(8.550)	33.250
Móveis e utensílios	33.357	-	-	(5.258)	28.099
Equipamentos de processamento de dados	11.747	-	-	(4.995)	6.752
Utensílios de cozinha	108	-	-	(22)	86
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Maquinas e Equipamentos	1.438	-	-	(137)	1.302
Total	259.235	-	-	(25.874)	233.360

9. Fornecedores a pagar

Descrição	2018	2017
Prestação de serviço	8.773	7.472
Total	8.773	7.472

10. Provisões a curto prazo

Descrição	2018	2017
Salários e encargos sociais	-	7.500
Provisão para férias e encargos sociais	71.584	35.402
IRRF a recolher	-	679
Outros impostos a recolher	-	3.768
Total	<u>71.584</u>	<u>47.349</u>

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO

Descrição	2018	2017
Obrigações Fiscais a curto prazo	93	93
Total	<u>93</u>	<u>93</u>

12. OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES

Descrição	2018	2017
Obrigações de repatriação a outros entes	167	167
Total	<u>167</u>	<u>167</u>

13. DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Descrição	2018	2017
Demais obrigações a curto prazo	10.541	10.541
Total	<u>10.541</u>	<u>10.541</u>

14. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA, não reconheceu nenhum risco cível ou trabalhista por isso não registrou nenhuma contingência cível ou trabalhista até o encerramento do exercício financeiro de 2018.

15. Patrimônio Líquido

Descrição	2017	2018
Superávit ou Déficit do Exercício	(74.230)	314.454
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	859.158	289.166
Ajustes de Exercícios Anteriores	(495.761)	-
Patrimônio Líquido	<u>289.166</u>	<u>603.620</u>

No exercício financeiro de 2017 foi implementado o cálculo Provisão de Devedores Duvidosos pela primeira vez, sendo o valor da provisão referente a anuidades de exercícios anteriores registrado na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

16. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2018 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/MA, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2018 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

17. Despesas por natureza

Classificação por natureza	2018	2017
PESSOAL E ENCARGOS	643.938	556.351
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	442.881	449.982
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	87.162	92.557
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	-	273.272
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	50	-
TOTAL	<u>1.174.030</u>	<u>1.372.162</u>

18. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2018	2017
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.488.485	1.297.931
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.174.030)	(1.372.162)
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>314.454</u>	<u>(74.230)</u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado Orçamentário		
Receita Orçamentária Arrecadada	1.136.570	1.049.997
(-) Despesas Empenhadas	(1.109.494)	(1.171.369)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>27.076</u>	<u>(121.372)</u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado Financeiro		
Saldo Disponível Apurado	26.815	23.914
(-) Passivo Financeiro	(91.159)	(80.410)
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>(64.344)</u>	<u>(56.496)</u>

19. Seguros

A Entidade possui somente seguros de veículos. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2018, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 02 veículos	5.449
		<hr/> 5.449 <hr/>

20. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

21. Eventos Subsequentes

Não registramos eventos subsequentes significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

São Luís (MA), 20/03/2019